

MEMÓRIA DA 16ª REUNIÃO DA CTPG CONJUNTA COM A CTMA E A SCBH-CG CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO GESTÃO 2025-2027		
DATA: 01/09/2026	HORÁRIO: 9h	LOCAL: Plataforma Teams
LISTA DE PRESENÇA		
Entidade	Nome	
SFP	Sandra Regina dos Reis	
AESABESP	Maria Aparecida Silva de Paula	
ARSESP	Juliana Fontes Lima Collaco	
SEMIL	Laura Stela Naliato Perez	
ANGUA	Mario Fontes	
AESABESP	Aurildo Xavier Dos Santos	
ABCON	Thais De Ricardo Chueiri	
SEMIL	Larissa Fernanda de Camargo Silva	
SP Águas	Regis Rossetto Ferraz De Barros	
AESABESP	Luciomar Werneck	
SAA	David Rodrigues	
UNIFESP	Letícia Trombeta	
P.M. Mairiporã	José Eduardo Victorino	
P.M. Mauá	Rogério Santana	
APU	Marcelo Galdieri	
USCS	Marta Marcondes	
P.M. Mauá	Fábio Oliveira da Silva	
SP Águas	Ligia Muniz Barbosa	
CONVIDADOS		
Fundação Ezute/FABHAT	Asafe Má dai de Deus Virgolino	
CPEA	Juliana de Fatima Gonçalves	
CPEA	Felipe Martin Correa de Castro e Silva	
SPMar	Mayra Aparecida Rolim Turi	
SPMar	Alessandro Gewehr Chioatto	
SPMar	Leandro Elias De Oliveira	
CPEA	Giovana Miki Perrela dos Santos	
SPMar	Edil Da Gama Dos Santos	
	Gabriela Canindé Rodrigues Silva	
	Americo	
	Marcel	
	Alessandra	
	Marcelo Marques Ferreira	
	Marcio	

MEMÓRIA DA 16ª REUNIÃO DA CTPG CONJUNTA COM A CTMA E A SCBH-CG CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO GESTÃO 2025-2027		
DATA: 01/08/2026	HORÁRIO: 9h	LOCAL: Plataforma Teams
LISTA DE PRESENÇA		
Entidade	Nome	
Preservar	Adriana Abelhão	
	Maykon	
	Erica Gonçalves	
JUSTIFICADOS		
UFABC	Paula Ciminelli Ramalho	
CETESB	Gilson Guimarães	
SP Águas	José Augusto Mendes	
P.M. Santo André	Fernanda Longhini Ferreira	
CIESP SP	Jorge Rocco	
APGAM	Carla GeanFrancisco	
CIESP AT	Jorge Paulo Domingues	

1. Abertura

A reunião foi realizada por meio da plataforma Teams e teve início às 9h10. Laura (SEMIL) iniciou a reunião apresentando a pauta:

1. Aprovação da memória da 15ª Reunião da CTPG conjunta com SCBH-CG e do SCBH-PP;
2. Apresentação do EIA/RIMA do empreendimento Contorno de Itapequerica da Serra;
3. Discussão e conclusão do Parecer Técnico referente ao EIA/RIMA do Contorno de Itapequerica da Serra – Interligação do Rodoanel Sul com a Rodovia Régis Bitencourt;

A aprovação da memória da reunião se deu logo em seguida sem apontamentos na minuta.

2. Apresentação do EIA/RIMA do empreendimento Contorno de Itapequerica da Serra – Interligação do Rodoanel Sul com a Rodovia Régis Bitencourt, no Município de Itapequerica da Serra.

Leandro (SPMar), Alessandro (SPMar) e Juliana (CPEA) apresentaram o projeto do Contorno de Itapequerica, com cerca de 9 km de extensão, ligando a Régis Bittencourt (km 291) ao Rodoanel Sul (km 43), com acesso intermediário à SP-234. Integralmente localizado em Itapequerica da Serra, o traçado foi ajustado para evitar loteamentos, áreas urbanas consolidadas, o Cemitério Horto da Paz e outras áreas sensíveis. Segundo Leandro, o objetivo é reduzir os congestionamentos na Régis Bittencourt e evitar que veículos atravessassem São Paulo para acessar outras rodovias; o estudo de tráfego estima economia de cerca de 45 minutos por deslocamento, além de facilitar o acesso a hospitais, maternidades, bombeiros e Polícia Militar.

O projeto prevê 24 meses de implantação, 5,2 milhões de m³ de corte, 4,5 milhões de m³ de aterro, 15 obras de arte correntes, 23 especiais, quatro falsos túneis e cerca de 100 propriedades potencialmente afetadas (número preliminar). Entre três alternativas locais estudadas, a alternativa 3 — adotada no EIA — foi considerada a mais adequada por equilibrar viabilidade técnica, menor interferência ambiental, menos desapropriações e menor impacto sobre áreas protegidas, cursos d'água e vegetação.

Juliana detalhou que o traçado atravessa a APRM Guarapiranga, três microbacias (Rio Embu-Mirim, Córrego da Lagoa e Ribeirão Itaquaciara), nascentes, APPs e fragmentos florestais relevantes, numa região que mescla áreas urbanas, chácaras e zonas de proteção ambiental. Laura, Marta e Adriana questionaram a efetividade das medidas de proteção a mananciais, águas subterrâneas, fauna e comunidades.

Foram identificadas 24 interferências em recursos hídricos e sete nascentes afetadas por cortes e aterros; para estas, prevê-se dispositivo de tubulação de concreto, proteção estrutural e tubo drenante que preserve o fluxo até a rede hidrográfica — Alessandro observou que a otimização do projeto pode reduzir essa necessidade em algumas delas. Sobre águas subterrâneas, Juliana informou que o estudo mapeou a vulnerabilidade dos aquíferos nas áreas de recarga; questionada por Laura sobre a ausência dessas medidas na apresentação, esclareceu que o EIA as prevê, mas não foram incluídas por limitação de tempo.

A drenagem da plataforma será fechada, com sarjetas, valetas, bocas de lobo, galerias e dispositivos de retenção e dissipação de energia; caixas de contenção de produtos perigosos (35-36 m³ cada) reterão água contaminada em caso de acidentes. O monitoramento de 11 pontos, em campanhas seca e chuvosa, com 132 parâmetros analisados, apontou 97,3% de conformidade com a Resolução CONAMA 357, com exceção de trechos como o Córrego do Cristin, classificados como ruins pela pressão urbana.

Marta Marcondes (USCS) manifestou oposição técnica ao empreendimento, citando riscos de assoreamento, poluição e impactos nas represas Billings e Guarapiranga, com base em sua experiência com o trecho sul do Rodoanel. Adriana defendeu uma análise sistêmica junto ao oleoduto da Petrobras, às alças do Rodoanel e à Nova Raposo, apontando riscos a mananciais, comunidades, patrimônio, corredores de fauna e áreas florestais.

Juliana e Alessandro apresentaram medidas de controle de erosão, assoreamento, poluição, supressão vegetal, fauna e estabilidade geotécnica, condicionando a viabilidade ambiental à implementação integral dos programas e ao monitoramento adaptativo. Na terraplenagem, serão usadas drenagem provisória, bacias de sedimentos, leiras, lonas, mantas e rotas específicas para máquinas pesadas, com monitoramento de taludes e dispositivos de drenagem e ações corretivas quando necessário.

Para a fauna, as 15 obras de arte correntes poderão incluir passagens inferiores (3x3 m ou 2x2 m), com travessias adaptadas à ictiofauna, além de resgate e realocação de fauna e flora durante a supressão. A área de interação com fragmentos florestais é estimada em 110 hectares (90 em estágio avançado), mas Juliana esclareceu que essa sobreposição não equivale à supressão integral — a supressão efetiva será definida na licença de instalação, com otimização por especialistas.

Os programas ambientais (controle das obras, monitoramento hidrológico, geotécnico e da qualidade da água, compensação, recuperação de áreas degradadas e comunicação social) seguem um ciclo de monitorar, identificar não conformidades, corrigir e reportar aos órgãos gestores. Juliana concluiu que o empreendimento pode ser ambientalmente viável se todas as medidas forem implementadas e acompanhadas integralmente, com impactos negativos concentrados na implantação e benefícios estruturais ligados à mobilidade regional.

Laura, Felipe (CPEA) Juliana e Asafe (FABHAT/EZUTE) esclareceram que o projeto ainda está em análise pela CETESB, que a audiência pública ainda será agendada e que o Comitê de Bacias deve avaliar exclusivamente os impactos sobre os recursos hídricos, sem decidir pela aprovação do empreendimento. Felipe esclareceu que o EIA/RIMA foi protocolado e que a CETESB iniciou a análise, consultando órgãos intervenientes, entre eles o Comitê de Bacias. O empreendimento ainda não está aprovado e deverá passar por audiência pública formal organizada pelo CONSEMA, com participação da CETESB, da SPMAR e da consultoria ambiental.

Laura explicou que uma resolução do CONSEMA prevê o encaminhamento de empreendimentos de alto impacto ou com interferência direta em mananciais ao Comitê de Bacias. O Comitê não decide se o empreendimento é viável ou não; sua atribuição é registrar impactos sobre os recursos hídricos, pontos de atenção e recomendações que poderão subsidiar as exigências da CETESB.

Juliana informou que o processo pode ser consultado por qualquer munícipe mediante solicitação de vista à CETESB e que as versões do estudo serão disponibilizadas para consulta pública. As apresentações, o número do processo e os documentos da convocação foram disponibilizados aos participantes.

Adriana Abelhão (Preservar) relatou que empresas contratadas teriam acessado áreas sem autorização formal quando não havia cercas, causando intervenções em propriedades, e afirmou que possui registros documentais encaminhados ao Ministério Público. O tema foi apresentado como questão a ser considerada no processo, sem decisão conclusiva durante a reunião.

3. Discussão e conclusão do Parecer Técnico referente ao EIA/RIMA do Contorno de Itapequerica da Serra – Interligação do Rodoanel Sul com a Rodovia Régis Bitencourt.

Asafe apresentou uma minuta de parecer com recomendações sobre ocupação urbana, comunicação institucional, áreas de apoio, detalhamento das intervenções hídricas, drenagem, abastecimento e atualização dos estudos, que será revisada pelos membros antes do encaminhamento à plenária. Foi recomendada à prefeitura a identificação e o monitoramento periódico de locais vulneráveis à ocupação irregular próximos ao empreendimento, com fiscalização, ordenamento territorial, regularização fundiária e recuperação ambiental, para evitar o agravamento dos impactos sobre os recursos hídricos.

O parecer recomenda que a CETESB observe o parágrafo 3º do artigo 60 da legislação estadual aplicável, assegurando a comunicação ao Comitê sobre pedidos de licenciamento enquadrados nas hipóteses legais. Asafe esclareceu que a exigência de anuência prévia mencionada no estudo foi revogada, permanecendo a obrigação de notificação. Caso sejam previstas áreas administrativas, postos de abastecimento ou outras estruturas de apoio à rodovia em fases futuras, o empreendedor deverá observar os parâmetros urbanísticos, os usos permitidos e as restrições da subárea correspondente, além de obter o alvará de licença metropolitana aplicável.

Foi recomendado encaminhar ao Comitê, nas etapas seguintes, informações e projetos das 24 intervenções em corpos hídricos, incluindo localização, curso afetado, solução de transposição, estruturas e medidas preventivas e mitigadoras. Também deverá ser encaminhado o projeto executivo de drenagem, com localização dos dispositivos de controle, contenção e redução de sedimentos e poluentes e caracterização dos pontos de lançamento. Se estudos hidrológicos alterarem a caracterização de cursos d'água ou nascentes, ou modificarem a tecnologia de

transposição ou a alternativa locacional, o empreendedor deverá enviar as atualizações ao Comitê para conhecimento e avaliação. Mudanças nas soluções de abastecimento, esgotamento sanitário ou reúso também deverão ser comunicadas com justificativa técnica e ambiental.

Por fim, o parecer propõe placas de sinalização e identificação da APRM Guarapiranga ao longo do empreendimento, especialmente em acessos e pontos de maior visibilidade, como medida de conscientização e educação ambiental alinhada ao PDPA.

4. Encaminhamentos

- Uma nova reunião será marcada para finalização da discussão no dia 10 de setembro;
- Os participantes poderão, adicionalmente, apresentar contribuições individuais diretamente no documento até o dia 09/09.

A reunião foi encerrada às 12h00.